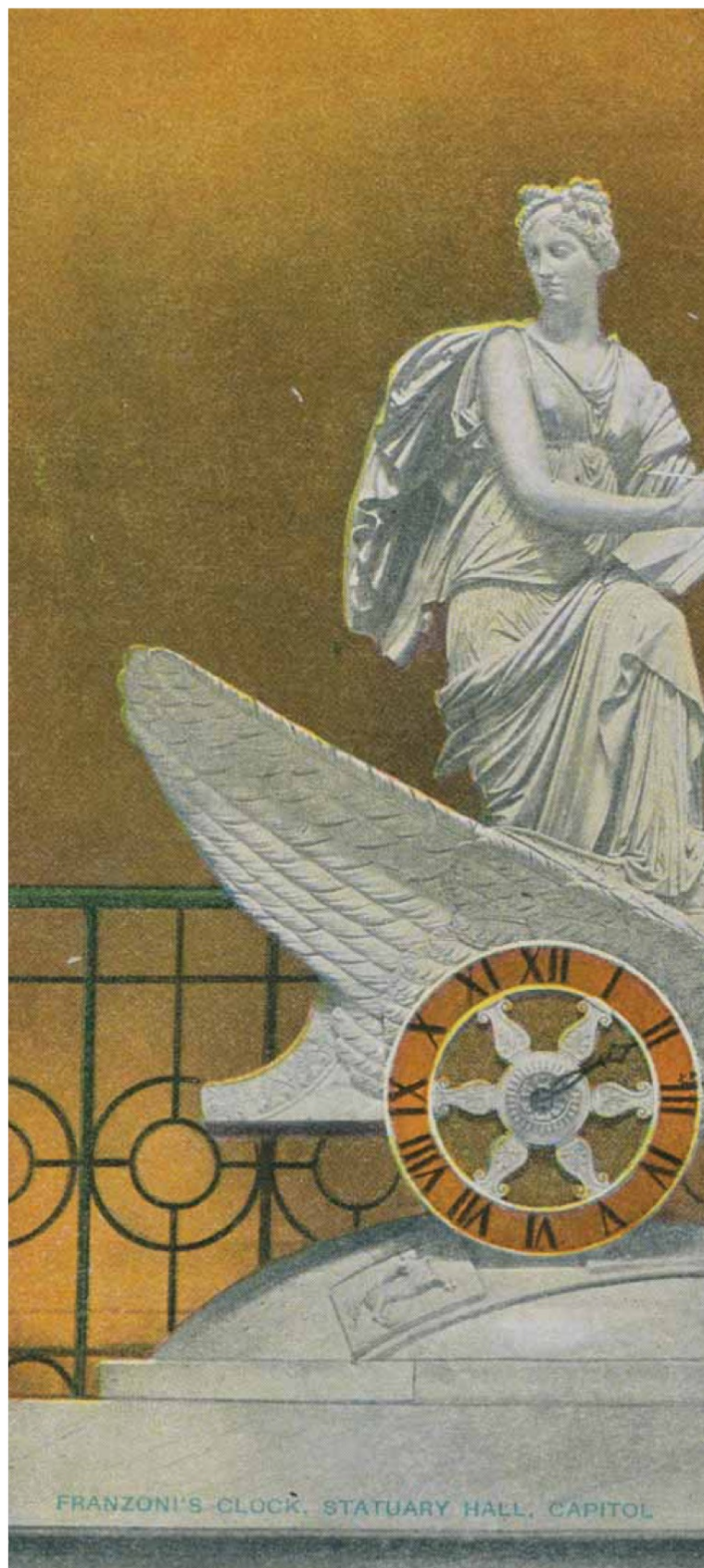


Para que serve a história das ideias

Ensaio Num tempo em que a história é tantas vezes manipulada ou invocada de forma superficial, e em que reflexão crítica e conhecimento são depreciados ou deturpados de forma sistemática, a história das ideias pode emergir como farol de lucidez, espaço de liberdade e escola de democracia

Por Rui Bebiano



GETTY IMAGES

Tornou-se um lugar-comum afirmar que a História, como forma de conhecimento, possui um valor que vai muito para além da evocação ou da celebração repetitiva do passado. Em *Para que serve a História?*, de 2013, Diogo Ramada Curto mostrou – retomando no título a pergunta que abria o belo *Apologie pour l'Histoire ou Métier d'Historien*, obra póstuma do historiador Marc Bloch, fuzilado pela Gestapo – que ela agrega fatores tão diversos como a curiosidade por todo o tipo de atividade humana, a vontade de conhecer a sociedade no seu todo e no curso do tempo, e acima de tudo o desejo de compreender a vida real no quotidiano e nas práticas recorrentes, devendo por isso distanciar-se da conceção morta de um passado enterrado em museus, monumentos e manuais.

Um campo de observação alargado

Seguindo as palavras da socióloga brasileira Angela Alonso deixadas no prefácio ao livro de Ramada Curto, “a História serve para provocar o dogmático, para desestabilizar convicções, para contaminar de curiosidade, para instigar à pesquisa, para produzir a inquietude, para inquirir o presente; como um lancinante apelo à inteligência”. Não podendo estar mais de acordo com esta perspetiva da História como forma de saber, vejo como a das ideias, encarada como área de observação e de reflexão específica, será porventura das que terão melhores condições para levar ao limite a função dinâmica que propõe, como a designou Bloch, “a ciência dos homens no tempo”.

No essencial, ela aborda a expressão, a salvaguarda e a evolução das convicções e de todas as formas de ler e de interpretar o mundo que foram sendo propostas e se mantiveram ativas ao longo do tempo, até à atualidade. Associada a outras áreas mais especializadas, como a História dos intelectuais e a da Filosofia, a das Religiões e a da Ciência, ou a da Política e a da Cultura, a História das ideias agrega materiais que chegam de todas elas, juntando-lhes temas, práticas e dinâmicas únicos, inscritos numa base social muito alargada e de alguma forma democrática. Fã-lo através da dimensão abrangente e multidisciplinar dos assuntos que trata, mas também quando encara o pensamento comum, praticado na rua, no local de trabalho ou nas nossas casas, gerando, em interação com aquele mais elaborado e elitista, representações que tendem a estimular a mudança política e social.

A expressão “História das ideias” foi inicialmente proposta pelo historiador norte-americano Arthur O. Lovejoy em *The Great Chain of Being: A Study of the History of an Idea*, saído em 1936. Ali se levava a cabo uma abordagem de Platão, de Aristóteles e dos filósofos neoplatónicos que em muito transcendia o tempo e o lugar dos intérpretes que evocava, encarando-os como parte de um longo *continuum* cultural, capaz de sobreviver por mais de dois milénios, que durante todo este tempo influenciou múltiplas dimensões do saber erudito e do senso comum.

No prefácio, Lovejoy propôs uma renovação da História do pensamento, reconhecendo que esta até então se confinara a problemas complexos e a

intérpretes consagrados. Esforçando-se por romper este círculo, propôs um campo de estudos que deveria ter uma natureza abertamente interdisciplinar, capaz, como sintetizou Marc Angenot na sua *L'Histoire des Idées*, saída em 2014, de “abarcara a totalidade de uma cultura, em sincronia e em diacronia, com o objetivo de estudar o devir de uma dada ideia, as variações históricas da resposta a uma certa questão, sempre no contexto do pensamento coletivo”. Desta forma se alargava o trajeto do pensamento, incorporando mais leituras e interesses, bem como heranças, ruturas e criações, num todo interpretativo caleidoscópico.

Para a produção destas novas formas de ler e interpretar o passado, Lovejoy sugeriu a observação de quatro fatores, a encarar sempre de uma forma combinada. O primeiro consistia em considerar o papel das diversas escolas filosóficas e políticas ativas em cada época; o segundo deveria incluir as obras produzidas no domínio das Artes, da Literatura, das Humanidades e das Ciências; o terceiro agregaria os diferentes saberes canónicos, desde os mais estabelecidos e dominantes aos que estavam a emergir visando substituí-los; e, por fim, o quarto fator proposto observava a elaboração e a presença das crenças e das experiências coletivas, fossem estas afirmadas na sua versão mais refinada e letrada, ou na simples e plebeia, a olhar sem exclusões.

Esta dimensão impunha a superação do estudo restrito dos grandes complexos filosóficos e teológicos do passado, vistos como “ismos” – *sistemas* filosoficamente integrados que tendiam a impor ortodoxias –, alargando-lhes o âmbito. Desviando-se então do estudo isolado dos “grandes pensamentos”, sacralizados e gravados na pedra, para considerar também os “mais básicos, metamórficos e anónimos”, associados à vida e às expressões do quotidiano. Valorizando-se mesmo as vozes antes descuradas ou omitidas, como a dos pensadores “menores” e a dos publicistas esquecidos e silenciados. Um prisma abrangente que deveria incluir tensões e tendências, recorrentes numa dada época, capazes de traduzir “hábitos mentais mais ou menos inconscientes em condições de influenciar o pensamento individual ou o de toda uma geração”.

Outros intérpretes foram depois ampliando o campo. Andreas Dorschel, por exemplo, propôs que ele integrasse a crescente intervenção dos *media*, considerando ainda o papel essencial de áreas como a Música, a Arquitetura ou o Urbanismo, enquanto Mark Bevir sublinhou a importância de se terem em linha de conta as formas do que considerou o “pensamento banal”. Já o britânico Quentin Skinner, voz central neste campo da História – em *Liberty as Independence: the Making and Unmaking of a Political Ideal*, de 2025, traça a longa história da liberdade como instrumento de autonomia humana –, apontou para a grande importância do impacto das obras de natureza literária, como o romance, a poesia, o diário ou a crónica jornalística. Isto é, de tudo o que possa conter uma opinião ou manifestar uma crença.

A história ao encontro do presente

Ainda sem designação própria, este campo da História na verdade começara antes. Giambattista Vico declarou em 1723, na

Historia Doctrina de Ideis, que as ideias não pertenciam só ao domínio da especulação filosófica, nem remontavam apenas à Grécia Antiga, tendo emergido muito antes desta, quando se passou a representar o mundo e a vida através dos mitos e da poesia. No século seguinte, Wilhelm Dilthey valorizou as “ciências do espírito” – a que hoje chamamos Humanidades – como formas adequadas de obter um conhecimento menos incompleto, enquanto Friedrich Meinecke viu a História do pensamento humano como bem mais do que o mero estudo das “grandes obras”. Em diálogo com esta abertura, Karl Mannheim considerou ainda, no clássico *Ideologia e Utopia*, de 1927, que a interpretação das formas de pensar deveria depender sempre das suas circunstâncias, de todas elas, mesmo das mais triviais.

A História das ideias foi assim incorporada numa tradição plural de propostas e experiências. Estas confrontaram-se, todavia, com áreas do conhecimento histórico mais conservadoras, que foram resistindo à extrema pluralidade das fontes de que ela se vai servindo e ao confronto com perspetivas menos elitistas que engloba. Foi esta relutância que fez Angenot lembrar que nesses ambientes ela continuava a ser vista como “disciplina ilegítima”. Esta resistência uniu-se ainda a outro obstáculo académico: a objeção ao estudo do presente como modalidade possível do conhecimento histórico. Ainda que o debate sobre a afirmação, legitimidade e diversidade da história do presente seja agora bastante conclusivo sobre a sua importância, ela ainda não desapareceu.

Como forma própria do conhecimento do passado, o estudo do presente ganhou autonomia em França pelos meados da década de 1970. Procurando, no início, responder a uma dificuldade que hoje parecerá estranha: pioneiro, o Instituto de História do Tempo Presente, fundado em Paris em 1978, nasceu para apoiar a emergência de movimentos de caráter memorialístico e o esforço de historiadores que procuravam então contrariar a perda de informação sobre o período que antecederia e acompanhara a Segunda Guerra Mundial. Na altura, a proximidade temporal do que pretendiam observar e interpretar levou muitos profissionais da História a considerar o seu estudo como excessivamente próximo do jornalismo, ou mesmo da ficção, depreciando-o desta forma como parte do saber histórico.

Para se entenderem as objeções levantadas e as perspetivas de conhecimento que o encarar do presente sob uma perspetiva histórica permite – além, como se verá, da sua estreita relação com a História das ideias – importa identificar duas das suas dimensões mais importantes e inovadoras. A primeira inclui a hipótese de inventariar e analisar acontecimentos muito próximos, ou mesmo contemporâneos, que atualmente, devido ao veloz fluxo da informação e das suas tecnologias – Mark Dery, um dos primeiros observadores críticos da cultura digital, falou a propósito de uma “velocidade de escape” –, são cada vez mais rapidamente remetidos para a memória e para o esquecimento. A segunda dimensão contém a capacidade para produzir um trabalho de arqueologia sobre o próprio presente, buscando, a partir de linhas de interação que o colocam em diálogo com influências, →

rastos e ecos vindos do passado, seja o próximo ou o mais distante.

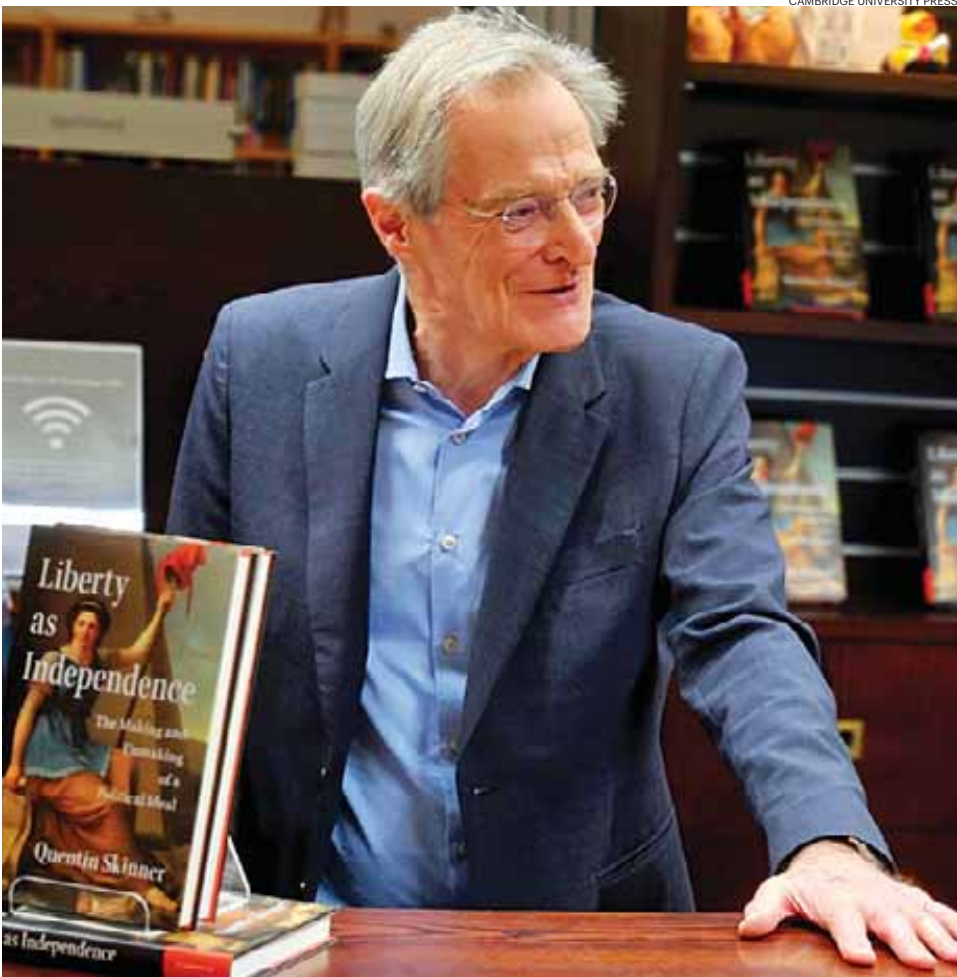
São vários os questionamentos aplicados ao historiar do presente. Um deles é o determinado pela contiguidade entre o momento da análise e o daquele que é analisado, produzindo um efeito de proximidade que pode estimular a subjetividade. Outro é o efeito de “presentismo”, categoria proposta por François Hartog, em *Régimes d’Historicité. Présentisme et Expériences du Temps*, de 2003, como experiência do nosso tempo em que o passado se torna entediante e o futuro deixa de suscitar esperança, ficando o presente como única instância da experiência. Outro questionamento é o lançado pelo encontro, potenciado pela proximidade do fenómeno observado, entre história e memória, confundindo ambas e potenciando aquilo que Paul Ricoeur considerou uma perigosa “organização do esquecimento”.

Mesmo aceitando todas estas dúvidas e objeções, as diferentes dimensões da abordagem histórica do presente abrem possibilidades novas e estimulantes que remetem para um reconhecimento do passado próximo, ou dos seus ecos no presente, estimulando novas perspetivas de leitura. No campo da história das ideias, que com ela muitas vezes se cruza, esta abertura traduz-se em larga medida num trabalho de arqueologia que estimula a perceção dos processos de representação e criação do pensamento individual e coletivo, possibilitando uma compreensão mais completa do mundo atual e combatendo deturpações que tendem a colocá-lo fora do fluxo da história.

Uma escola de democracia

Nesta altura da nossa vida coletiva, quando a reflexão crítica e o conhecimento são sistematicamente depreciados, deturpados ou combatidos pelos sistemas totalitários e pelos populismos, a História das ideias pode emergir como farol de lucidez, espaço de liberdade e escola de democracia. Dada a sua vocação para olhar as sociedades de uma forma interpretativa, comparada e sem exclusões, integrando sem os desvalorizar os conceitos explicativos que emergem no quotidiano e orientam a ação, pode ajudar na perceção de momentos e tendências muito diversos. Como os momentos eleitorais, a escolha de campo nos conflitos, incluindo na guerra, as dimensões de falsidade e manipulação que emergem dos *media* e das redes sociais, ou a forma de usar criticamente as tecnologias, em particular a da inteligência artificial.

Cinco das suas possíveis práticas asseguram esta utilidade. A primeira inclui a historicização de tudo, colocando numa lógica temporal, e se necessário relativizando, ao retirar-lhes as conotações de absoluto, todas as formas de representar e de interpretar o mundo no seu movimento. A História das ideias permite, de facto, compreender de forma muito completa os sucessivos contextos nacionais e internacionais, as instituições intermediárias associadas a diferentes poderes, as escolhas, sejam as dominantes ou as minoritárias, as heranças culturais, as ruturas políticas, o impacto das invenções, conferindo um sentido mais completo a propostas que as aproximações disciplinares menos abrangentes abordam segundo ângulos com um foco mais restrito.



O “Carro da História”

Nas páginas anteriores, postal da década de 1910 com o “Carro da História”, escultura de 1819 de Carlo Franzoni, colocada no Salão Nacional das Estátuas, no Capitólio dos EUA, Washington: representa Clio, a musa grega da História, de pé dentro de uma carruagem alada que simboliza a passagem do tempo

Liberdade para pensar

Em cima, o historiador britânico Quentin Skinner numa sessão de apresentação de *Liberty as Independence* (2025), onde traça a longa história da liberdade como instrumento de autonomia humana; em baixo, o historiador norte-americano Arthur O. Lovejoy, que cunhou a expressão “história das ideias”



A segunda prática, dada a proximidade com diferentes e variados estratos culturais, passa pelo esforço para colocar no centro de tudo o que é essencialmente humano, conferindo importância a todas as escolhas e expressões. Mesmo àquelas que emergem e se afirmam num contexto relativamente breve e em articulação com formas de poder, ou de contrapoder, apenas regional ou local. Esta humanização dos eventos e das ideias reforça a importância que estas têm, mesmo ao nível da sua elaboração mais simples, no modo como as sociedades procedem a escolhas ou alimentam subjetividades, influenciando todas as escolhas mais importantes.

A terceira prática integra a História das ideias no debate plural contemporâneo. Este processo segue dois vetores. O primeiro permite olhar e comparar interpretações múltiplas e diferentes, presentes em determinados momentos, de forma mais completa, restituindo-as à sua origem, diversidade e inserção social. Um estudo histórico notável, *The Sixties: Cultural Revolution in Britain, France, Italy, and the United States*, de Arthur Marwick, saído em 1998, foi capaz de agregar uma miríade de olhares para interpretar um tempo particular. O segundo vetor deixa compreender a forma como o cidadão comum percebe, vivencia e dá sentido prático a convicções ou práticas que emergiram a partir de um núcleo limitado ou de um tempo curto. Exemplo evidente é a vulgarização, com grande impacto e efeito quando se aproximaram do senso comum, de propostas, de início elitistas, como as que configuraram o romantismo, o nacionalismo, o fascismo, o marxismo, o existencialismo ou o populismo.

A quarta prática crucial para a história das ideias associa-se à valorização da dimensão forçosamente plural da ideia de “verdade”. Paul Veyne, aliás, escreveu em *Les Grecs*

Ont-ils Cru à Leurs Mythes?, de 1992, que “a História das ideias começa quando se historiza a ideia filosófica de verdade”. Dito de outra forma: quando se aceita que a cada momento a noção de verdade é sempre temporária, relativa e incompleta, defrontando a diversidade e a instabilidade do fator humano. Neste campo da História, o grau de transitoriedade e de variabilidade das crenças, em particular das religiosas, bem como o das certezas, emanem elas das Ciências ou do senso comum, ganham uma amplitude muito particular.

Por último, a quinta prática passa pela importância da História das ideias como ferramenta de grande utilidade para a aprendizagem, o funcionamento e o reforço da democracia, bem como para o combate aos seus expeditos inimigos. A pluralidade das conexões que estabelece, associada à grande diversidade de interesses, bem como a consideração de formas de pensar e de agir extremamente plurais, ainda que por vezes fragmentárias ou marginais, transforma a História das ideias em território perfeito para a observação e a valorização da diversidade humana, da multiplicidade das interpretações e do respeito que sempre lhes é devido, aspetos estruturantes da democracia entendida como espaço de diversidade e de equilíbrio.

Nesta dimensão, quatro tipos de resposta podem ser oferecidas à democracia pelas abordagens que a História das ideias produz e oferece. O primeiro inclui a forma como o seu estudo pode ajudar, aos mais diferentes níveis, na tomada de decisões complexas. O segundo integra a análise de debates contemporâneos sob ângulos muito diferentes ou alternativos na relação aos mais divulgados ou dominantes. O terceiro estimula, de forma particularmente ágil, o desenvolvimento do pensamento crítico e da reflexão política, ampliando a diversidade de perspetivas. E o quarto considera o aumento da capacidade para compreender o outro, no mundo instável que sempre cerca e desafia o humano.

Um observatório privilegiado

A História das ideias é, pois, um campo do conhecimento da maior utilidade, para, no plano da cultura, da ideologia, da política ou da atividade artística, bem como no da vida em geral, produzir e disseminar quadros de compreensão indispensáveis para entender influências, relações de poder, conflitos, equilíbrios, vivências partilhadas e fatores de bloqueio ou de dinamismo histórico.

Numa obra coletiva recente, editada por Sophia Rosenfeld e Peter T. Struck, *A Cultural History of Ideas in the Modern Age*, de 2025, Stefanos Geroulanos, professor de História Intelectual na Universidade de Nova Iorque, sublinha que “as ideias definem o século no qual vivemos sob a forma de reflexões, debates, práticas sociais e modelos de governação”. Elas alimentam as escolhas políticas, os debates de rua, as histórias sobre o passado e o futuro, os protestos e as revoltas, as formas de criação artística a literária, e os modos de vida, pois “fornecem motivos para lutar, trabalhar, ideais nos quais acreditar, formas de infligir ou de impedir a violência, ou mesmo algoritmos para programar”. Como instrumentos para uma vida pessoal e social mais livre, humanizada e feliz, porque mais informada.

Historiador e investigador do CES